



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

ATA DE REUNIÃO – DATA: 09/05/2023 – HORÁRIO – 09h00min.


LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 051/2022 - Concorrência Pública nº 004/2022


Objeto: Concessão para operação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no Município de Conselheiro Lafaiete/MG e as condições operacionais do sistema de transporte complementar, previsto no Anexo I – Termo de Referência – Projeto Básico.

Na sede da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, em sala própria do Setor de Licitação, os membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL da Secretaria de Administração, reuniram-se para dar andamento à finalidade descrita acima.

No dia nove de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, em sala própria do Setor de Licitação, reuniram-se o Presidente e demais membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeados pela Portaria nº 690/2022, para continuidade do Processo Licitatório nº 051/2022, modalidade Concorrência Pública nº 004/2022, com a realização dos atos subsequentes àqueles já praticados durante a sessão do dia 04/05/2023, cujo encerramento foi determinado durante a fase de análise da documentação de habilitação. Retomando os trabalhos, restou certificado que na data de 08/05/2023, às 14:16h, foi recebida no Setor de Licitação, via e-mail, comunicação oriunda da Secretaria Municipal de Defesa Social, consistente no encaminhamento de Parecer Técnico emitido pela empresa Planum – Planejamento e Consultoria Urbana LTDA, pessoa jurídica contratada para fins de assessoramento técnico na licitação, contemplando considerações a partir do exame do conjunto documental habilitatório apresentado pela única licitante que acudiu ao certame, qual seja, VIAÇÃO UMUARAMA LTDA. Referido parecer, datado de 05/05/2023 e composto por 11 (onze) laudas, foi acostado aos autos físicos do processo, e será disponibilizado na forma de anexo da presente ata, tornando-se parte integrante. Diante disso, munida com as disposições constantes do parecer técnico, a CPL retomou a análise dos documentos de habilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA (Envelope nº 01), devidamente recebidos e rubricados por ocasião da sessão pública de abertura da licitação (04/05/2023, 09:30h). Em conformidade com o disposto no item 5 do Edital, após análise e conferência dos documentos relativos à habilitação jurídica (item 5.2) e de regularidade fiscal e trabalhista (item 5.3), verificou-se a existência de fundamento para Inabilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, qual seja: a) não apresentou prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, em desconformidade com o disposto no item 5.3.1, alínea 'b'. Prosseguindo, passou-se à conferência e análise da documentação econômico-financeira (item 5.4 do Edital, verificando-se fundamento para Inabilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, qual seja: a) apresentou Balanço Patrimonial (Exercício 2022) confeccionado via SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), contudo, sem apresentação do arquivo de Recibo, instrumento de comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, e em que consta a assinatura do contador/profissional responsável, em desconformidade com o disposto no item 5.4.1, alíneas 'b.1' e 'd'. Por fim, quanto aos requisitos de qualificação técnica previstos no item 5.5 do Edital, verificou-se a existência de fundamentos para Inabilitação da licitante VIAÇÃO UMUARAMA LTDA, quais sejam: a) apresentou termo de compromisso de disponibilidade de frota a que se refere o item 5.5.1.1 do Edital contendo frota incompatível à exigida, haja vista ofertar 42 (quarenta e dois) veículos do tipo midi, ao passo em que o Edital previu 30 (trinta) veículos midi e 12 (doze) veículos mini, em desconformidade com o disposto no item 4.2 do Anexo I – Projeto Básico e no item 1.3.2.a do Anexo IV; b) apresentou “Atestado de Capacidade Técnica”, para fins de comprovação da capacidade técnica operacional, emitido pela Prefeitura Municipal de Umuarama/PR, sem discriminação precisa da data de início e término dos serviços (quando o caso), em desconformidade com o disposto no item 5.5.1.8, destacando-se, ademais, inexistir no documento menção ao processo licitatório do qual decorreu a contratação; e, c) apresentou “Atestado de Capacidade Técnica” e respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (CAT 3018567/2023 – CREA-MG), para fins de comprovação da capacidade técnica profissional, relativa à Responsável Técnica Kenia Honório da Rocha, sem descrição efetiva das atividades técnicas desenvolvidas pela profissional, emitida por pessoa jurídica de direito privado (Turi – Transporte Urbano, Rodoviário e Intermunicipal LTDA), em desconformidade com o disposto no item 5.5.1.9.6, que exige documento “emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço”. Diante disso, considerando a análise dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, o Presidente da CPL declarou o seguinte resultado da fase de habilitação: Empresa Habilitada: não houve. Empresas Inabilitada: VIAÇÃO UMUARAMA LTDA. Considerando o disposto no item 8.11 e 8.11.2 do Edital, a CPL promoverá a publicação do resultado da fase de habilitação no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação local, bem como no sítio do Município. A presente ata será encaminhada via e-mail ao licitante participante. Por conseguinte, o Presidente da CPL determinou seja aguardado o prazo recursal nos termos do item 17.2 do Edital e do art. 109, alínea 'a', da Lei nº 8.666/93. O envelope de proposta comercial da licitante permanecerá no Setor de Licitações, devidamente lacrados. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os participantes que se encontram presentes na sessão.


Alisson Dias Laureano
Presidente da CPL


Lorene Helena Pedrosa Coelho
Membro CPL (suplente)


Ramon Carlos Ramos de Sousa
Membro CPL


Eduardo Leão de Paula
Membro CPL (suplente)

PARECER TÉCNICO – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

VIAÇÃO UMUARAMA LTDA.

A Planum – Planejamento e Consultoria Urbana Ltda., *através de seu responsável técnico*, o engenheiro civil Luiz Wagner Dacache Balieiro, apresenta o resultado da avaliação da “Habilitação” da empresa: Viação Umuarama Ltda, única empresa licitante no processo licitatório nº 051/2022, concorrência pública nº 004/2022, da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, cujo objeto é a concessão para operação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no Município de Conselheiro Lafaiete/MG e as condições operacionais do sistema de transporte complementar, previsto no Anexo I – Termo de Referência – Projeto Básico.

A análise e parecer técnico serão emitidos por esta empresa, em atendimento ao contrato de prestação de serviços nº 62/2021, assinado entre a Planum e o Município de Conselheiro Lafaiete/MG.

Sendo assim, a Planum – Planejamento e Consultoria Urbana Ltda., como empresa de consultoria contratada pelo município para prestar assessoria à Administração Municipal no processo licitatório em pauta, analisou a “Documentação de Habilitação” da única empresa licitante, e apresenta as suas considerações para exame dos senhores membros da Comissão Permanente de Licitação.

Ressalta-se que este parecer está estritamente vinculado ao Edital da Concorrência Pública nº 004/2022 e seus anexos, nos termos dos Artigos 3º, 41, 43, IV e 44 da Lei 8.666/93, conjugados com os artigos 4º e 14 da Lei 8.987/95. As avaliações efetuadas seguiram estritamente as determinações do Edital de Licitação, regra básica do certame, tendo sido comparado o que nele é exigido com os materiais apresentados pela empresa concorrente.

Por norma imperativa de lei, o município está obrigado a cumprir as regras e condições constantes do edital e seus anexos, sob o risco de nulidade dos atos que o contrariem e de responsabilidade dos agentes públicos. É o que em Direito se denomina princípio da vinculação ao edital.

Destaques no texto do Edital

O Edital 004/2022, descreve em seu item 5 todos os documentos que devem ser apresentados no envelope “Habilitação”, bem como os parâmetros a serem atendidos pela documentação apresentada, conforme descreveremos ao transcurso deste parecer.

1.7. A análise das propostas será realizada pela Comissão Permanente de Licitação, ficando-lhe facultado o direito de consultar técnicos, se necessário.

3.4. Serão considerados inabilitados, na presente licitação, os concorrentes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos obrigatórios exigidos no presente Edital, ou incorrerem em qualquer dos impedimentos mencionados.

3.5. A participação nesta licitação implica em aceitação integral e irrestrita dos termos deste Edital, dos regulamentos administrativos, das normas técnicas e, principalmente, das exigências e penalidades contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

4.5. Serão desclassificadas as propostas que contenham divergências em relação às condições estabelecidas neste Edital, assim como quaisquer rasuras, emendas ou entrelinhas.

*4.6. Os documentos de habilitação e propostas, somente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da CPL – Comissão Permanente de Licitação, ou publicação em órgão de imprensa oficial, preferencialmente encadernados de tal forma a não conter folhas soltas, devidamente **numeradas** e rubricadas.*

4.11. Em nenhuma hipótese conceder-se-á prazo para a apresentação de documento previsto no Edital e não apresentado em tempo hábil, exceto se todas as licitantes forem

inabilitadas, quando a Comissão poderá abrir o prazo de 08 dias úteis para sanar a(s) pendência(s) documental(is), conforme determina o art. 48 da Lei 8.666/93.

5.3.2.e) *Terão os mesmos efeitos que Certidão Negativa ou Certidão de Regularidade, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitidas pelos respectivos Órgãos, quando o crédito tributário se encontrar suspenso (art. 151, c/c o art. 206 do Código Tributário Nacional).*

5.3.2.f) *As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.*

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS

(...)

7.2. *Se todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete/MG, poderá fixar aos licitantes o prazo 08 (oito) dias úteis para apresentação de novos documentos ou outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação, nos termos do § 3º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.*

8.9. *Será facultado à Comissão de Licitação, ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, facultado o direito de consultar técnicos, se necessário.*

8.10. *Concluído o exame da documentação apresentada e dos questionamentos que tenham sido formulados, cumprirá à Comissão de Licitação anunciar sua decisão com respeito à habilitação das empresas licitantes e consultá-las sobre seu eventual interesse em renunciar ao prazo recursal.*

8.11. A Comissão de licitação, caso julgue necessário, poderá suspender a audiência para analisar detidamente a documentação, dando publicidade ao resultado da habilitação em ocasião oportuna.

Análise da Documentação

Item	Descritivo	Status
5.2.1.a)	Declaração de aceitação dos termos do Edital (Anexo VI.a.)	OK
5.2.1.b)	Declaração de manutenção das condições de habilitação (Anexo VI.b.)	OK
5.2.1.d)	Contrato Social Consolidado	OK
5.2.1.f)	Declaração de cumprimento do inciso XXXIII, Art. 7º (Anexo VI.c)	OK
5.2.1.g)	Declaração de exercício de cargo (Anexo VI.d)	OK
5.2.1.h)	Declaração de inexistência de fatos impeditivos (Anexo VI.e)	OK
5.3.1.a)	CNPJ	OK
5.3.1.b)	Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e Estadual	Não atendido
5.3.2.a)	CND Federal	OK
5.3.2.b)	CND Estadual	OK
5.3.2.c)	CND Municipal	OK
5.3.2.d)	CNDT	OK
5.3.2.g)	Compromisso de não incorrer em ações impeditivas (Anexo VI.f)	OK
5.3.3.a)	FGTS	OK
5.4.1.a)	Certidão negativa de pedidos de falência ou recuperação judicial	OK
5.4.1.b)	Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis	Não atendido
5.4.1.f.1)	Índice de Liquidez Corrente > 1,0 (Anexo VII.b)	OK
5.4.1.f.2)	Índice de Liquidez Geral > 1,0 (Anexo VII.b)	OK
5.4.1.f.3)	Índice de Endividamento Total < 0,7 (Anexo VII.b)	OK
5.5.1.1.	Compromisso de disponibilidade de frota (Anexo V.a)	OK

Item	Descritivo	Status
5.5.1.1.	Proposta de investimento em frota (Anexo VII.a)	Não atendido
5.5.1.2.	Compromisso de disponibilidade de garagem (Anexo V.b)	OK
5.5.1.3.	Compromisso de disponibilidade de recursos (Anexo V.c)	OK
5.5.1.4.	Compromisso adoção ou manutenção de novas tecnologias (Anexo V.d)	OK
5.5.1.5.	Compromisso de adoção de programas de trabalho (Anexo V.e)	OK
5.5.1.6.	Compromisso de certificação ISO (Anexo V.f)	OK
5.5.1.7.	Compromisso de manter administração em separado (Anexo V.g)	OK
	Compromisso de adoção de serviços sobre demanda (Anexo V.h)	OK
5.5.1.8.	Capacidade Técnica Operacional da empresa (atestado)	Não atendido
5.5.1.9.1.	Indicação de engenheiro (RT), registrado no CREA	OK
5.5.1.9.2.	Documentos pessoais do indicado	OK
5.5.1.9.3.	Registro ou inscrição no CREA (RT)	OK
5.5.1.9.4.	Comprovação de vínculo (declaração de compromisso)	OK
5.5.1.9.5.	Compromisso de manter RT	OK
5.5.1.9.6.	Atestado de capacidade técnico-profissional	Não atendido
5.5.2.8.	Termo de renúncia à visita técnica	OK

Detalhamento dos problemas encontrados na documentação de habilitação

- 1. A Viação Umuarama deixou de apresentar a Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, conforme item 5.3.1.b, transcrito abaixo.**

5.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Para fins de Regularidade Fiscal, deverão ser apresentados pelos licitantes os seguintes documentos:

(...)

*b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Municipal e Estadual**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.*

2. A Viação Umuarama deixou de apresentar o “Recibo de entrega de escrituração contábil digital”, conforme item 5.4.1.b, transcrito abaixo. A ausência do recibo representa também a falta de assinatura do contador (ou profissional equivalente), visto que é nessa página que se encontram as assinaturas digitais do balanço.

5.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

5.4.1. Para fins de qualificação econômico-financeira deverão ser apresentados os seguintes documentos:

(...)

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (Cópias do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com Termo de Abertura e Encerramento, apresentados e devidamente registrados na Junta Comercial competente e, no caso de sociedades anônimas, acompanhados das respectivas publicações), que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da apresentação da proposta.

b.1.) No caso de empresas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), que poderão apresentar as demonstrações digitais e a comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, dispensada, neste caso, a apresentação do comprovante de registro, perante a Junta Comercial, dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário.

d) O balanço patrimonial e as demonstrações do Resultado de Exercício deverão ser assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

Vale uma descrição, sobre o Balanço e Demonstrações contábeis:

Como é de conhecimento, o procedimento licitatório é um ato formal, regido conforme as regras do edital, e estas devem ser estritamente observadas por todos aqueles que dele façam parte, devendo, portanto, dentro de cada caso, observar todas as regras que a ele façam correlação.

Nesse espeque, é necessário fazer um adendo, citando-se que o balanço patrimonial, serve para demonstrar a qualificação econômico-financeira das Empresas, objetivando essa demonstração a comprovar que as mesmas possuem a saúde financeira necessária para arcar com toda a contratação que é pretendida, e mister também salientar, que esse importante documento ao ser escriturado, deve seguir normas e procedimentos.

Dentro desse contexto, a lei assim como o edital, no que se refere a qualificação econômico-financeira traz as seguintes exigências:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Portanto, a elaboração, e a posterior apresentação de balanço patrimonial em um processo formal de licitação deve seguir e observar todas as normas que a ele dizem respeito, o que, efetivamente deixou de ser observado pela licitante Umuarama.

3. A Viação Umuarama apresentou declaração com proposta de investimento em frota, propondo uma frota de 42 veículos do tipo midi. Conforme item 1.3. do anexo IV (Planilha), a frota a ser disponibilizada para operação dos serviços é de 30 veículos midi e 12 veículos mini. O Termo de Referência determina que *“a concessionária deverá apresentar a frota para início da prestação dos serviços em conformidade com as características e especificações técnicas definidas”*.

5.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Para fins de qualificação técnica deverão ser apresentados os seguintes documentos:

5.5.1.1. Termo de compromisso declarando que, para o início dos serviços, estará disponível frota de veículos, de acordo com as especificações mínimas do Anexo I do Edital - Projeto Básico, subitem 4.2 e dos modelos constantes nos Anexos V.a e VII.a.

Anexo I. Termo de Referência

4.2. ESPECIFICAÇÃO DA FROTA

A concessionária deverá apresentar a frota para início da prestação dos serviços em conformidade com as características e especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, que valerão a qualquer tempo, para todos os veículos novos que passarem a integrar a frota do sistema de transporte coletivo do município de Conselheiro Lafaiete.

(...)

Para a especificação, serão consideradas as características operacionais das linhas e das vias que integram o seu itinerário. Desta maneira, em linhas com pouca demanda de

passageiros, o poder executivo municipal poderá permitir a substituição do veículo convencional por micro-ônibus.

1.3.2.a Composição da frota (tipologia do veículo)

Classe do veículo	Sem ar condicionado
	Sem transmissão automática
Micro/vans	0
Miniônibus	12
Midiônibus	30
Ônibus básico	0
Ônibus padron	0
Ônibus articulado	0
Ônibus biarticulado	0
	42

4. A Viação Umuarama apresentou atestado de capacidade técnica operacional emitido pela Prefeitura Municipal de Umuarama, sem a identificação da data de início dos serviços, conforme exigido pelo item 5.5.1.8., transcrito abaixo. Ressalta-se também que o atestado não foi apresentado em papel timbrado da Prefeitura.

5.5.1.8. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL: Atestado comprovando experiência anterior na execução de serviço de transporte coletivo em linhas regulares urbanas, semiurbanas e/ou rodoviárias de transporte de passageiros, emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço que comprove a experiência da empresa proponente, constando o seguinte:

✓ A frota envolvida, constando a frota atual, no caso de serviços em andamento ou a frota ao final dos serviços, no caso de delegações ou contratos já encerrados.

✓ A data de início e término dos serviços (quando o caso).

5.5.1.8.1. *Será considerado compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (transporte urbano, semiurbano, rodoviário de passageiros), nos termos do art. 30, inciso II da Lei 8.666/93, a apresentação de atestado em que conste a prestação de serviços utilizando no mínimo 50% da frota exigida nesta licitação, em pelo menos 5 (cinco) anos de contrato ou de concessão.*

5. A Viação Umuarama apresentou atestado de capacidade técnica operacional emitido pela empresa Turi para a profissional Kênia Honório da Rocha, com o seguinte texto:

“atestados para os devidos fins que a Eng. Kênia Honorato da Rocha CREA MG 326.699 atuou como responsável técnico no desenvolvimento das atividades técnicas registrada na ART nº MG 20232023058 no período de 01/11/2022 a 29/04/2023.”

Destacam-se as seguintes observações:

- a. Atestado emitido por empresa do mesmo grupo econômico da licitante. Os sócios da empresa TURI são os administradores nomeados na Umuarama.*
- b. Não há no atestado qualquer descrição efetiva de quais são as atividades técnicas desenvolvidas pela profissional, durante os 6 meses de prestação dos serviços.*

5.5.1.9.6. Atestado de capacidade técnico-profissional, **compatíveis com a operação de serviços de transportes, em linhas regulares urbanas, semiurbanas e/ou rodoviárias de transporte de passageiros**, emitido por órgão oficial e/ou entidade pública delegatária ou contratante do serviço, devidamente registrado no CREA acompanhado da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico.

Conclusão

A Planum – Planejamento e Consultoria Urbana Ltda., empresa contratada para assessorar o município em todo processo licitatório, sugere a Comissão Permanente de Licitação, a INABILITAÇÃO da empresa Viação Umuarama Ltda, nos termos descritos acima, e o encaminhamento a licitante, para fazer a defesa na forma do art. 109 da Lei 8.666/93, se assim queira.

Conselheiro Lafaiete, 05 de maio de 2023.



Digitally signed by LUIZ WAGNER DACACHE
BALIEIRO:21745552634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF
A1, ou=(EM BRANCO), ou=09155925000186,
ou=videoconferencia, cn=LUIZ WAGNER
DACACHE BALIEIRO:21745552634
Date: 2023.05.05 16:19:21 -03'00'

PLANUM – Planejamento e Consultoria Urbana Ltda.

Luiz Wagner Dacache Balieiro

Engenheiro Civil CREA MG nº 30.569/D